

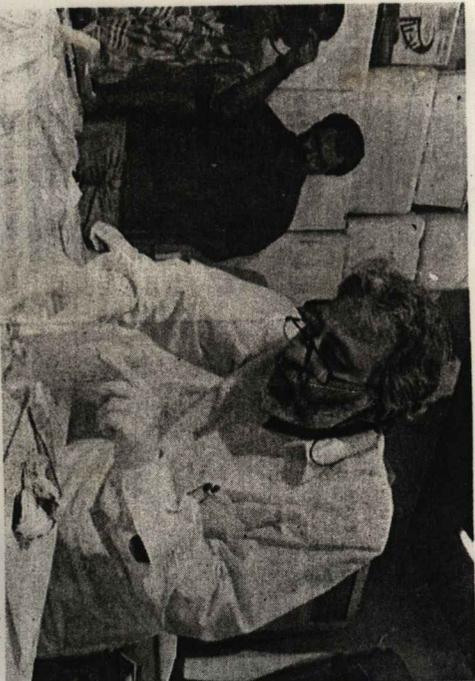
folha sudeste

7-5  
cidades

# Unicamp analisa ossada de preso de Fortaleza

## Exames tentam saber como morreu José Ivanildo Sampaio Sousa em uma cela da Polícia Federal do Ceará

Marcos Peron - 24 ago. 95/Folha Imagem



Da Reportagem Local e da Agência Folha, em Fortaleza

O chefe do Departamento de Medicina Legal da Unicamp, o legislista Fortunato Badan Palhares, iniciou ontem os exames de fragmentos de ossos de José Ivanildo Sampaio Sousa, 33, morto em 25 de outubro em uma cela da Superintendência da Polícia Federal, em Fortaleza (CE).

Badan Palhares disse que o objetivo dos exames é identificar se as lesões foram causadas antes ou depois da morte de Souza e qual foi a causa da morte.

Segundo Badan Palhares, os exames foram pedidos no dia 8 de novembro pelo diretor da Polícia Federal em Brasília, Vi-

cente Chelotti. O pedido foi feito para o reitor da Unicamp, José Martins Filho.

Souza havia sido preso no dia anterior sob a acusação de tráfico de drogas.

Segundo um laudo feito pelo IML (Instituto Médico Legal) de Fortaleza, Souza morreu em consequência de um "violento espancamento". O laudo concluiu ainda que ele tinha marcas de algemas e sinais de que fora torturado.

Esse laudo contradiz um relatório feito pelo médico da PF, Frederico Fichera. O relatório diz que quando saiu da PF, Souza não apresentava "marcas de lesões perfurantes, dilaceras-

ções, hematomas ou deformidades", que possam caracterizar tortura.

O relatório de Fichera coincide com o depoimento dos quatro agentes da PF que estavam no dia em que Souza morreu. Eles afirmaram que o detento não tinha marcas de espancamento quando estava preso.

Os companheiros de cela de Souza, José Osmarino da Silva e Francisco Reginaldo Xavier, afirmaram em depoimento que ele já chegou na cela "todo quebrado".

A Polícia Federal de Fortaleza também investiga o caso.

Badan Palhares disse que sua equipe fez a exumação do corpo

de Souza na segunda-feira depois que a Justiça Federal do Ceará autorizou.

O médico informou que vão ser feitos exames microscópicos nos fragmentos do corpo. Exames radiológicos já foram feitos pela equipe do médico em Fortaleza.

O laudo, segundo Badan Palhares, vai ser divulgado dentro de 20 a 30 dias.

Além de Badan Palhares, que deixa amanhã a chefia do Departamento de Medicina Legal (leia texto abaixo), os médicos Antônio Francisco Bastos e Paulo Roberto de Souza formam a equipe que vai analisar os fragmentos do corpo e entregar o laudo para a PF.

# Legista deixa o cargo amanhã

Da Reportagem Local

O médico legista Fortunato Badan Palhares deixa amanhã a chefia do Departamento de Medicina Legal da Unicamp, depois de dez anos no comando da equipe.

Badan Palhares vai ser substituído pelo médico Paulo Roberto de Souza, que atualmente faz parte da equipe do Departamento de Medicina Legal.

O médico e sua equipe se projetaram depois de estarem envolvidos em casos de repercussão nacional como o "Caso da rua Cuba", em São Paulo, a morte de garimpeiros brasileiros na Venezuela, o massacre de Corumbiara, as ossadas encontradas em Perus que seriam de supostos prisioneiros políticos e o caso da morte da professora Adriana Caringe.

Um dos casos de maior repercussão foi a identificação das ossadas do médico nazista Josef Mengele.

Badan Palhares também cuidou de casos polêmicos. A igreja de Louveira solicitou que a equipe da Unicamp fizesse a análise de supostas lágrimas que apareciam na imagem de Nossa Senhora da Rosa Mística de Louveira.

A Unicamp constatou que a composição da lágrima era a mesma da água do poço que ficava no fundo do poço da igreja.

DESAPARECIDOS POLÍTICOS *Representante de militares diz que medida em benefício*

# Passa indenização a Lamarca

WILLIAM FRANÇA  
DANIELA FALCÃO  
da Sucursal de Brasília

Em reunião tensa, a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, do Ministério da Justiça, aprovou ontem o pagamento de indenização às famílias dos guerrilheiros Carlos Lamarca e Carlos Marighella, por 5 votos a 2.

Pelo mesmo placar, a comissão decidiu indenizar a família de José Campos Barreto, o Zequinha, que foi morto junto com Lamarca, em 1971. Agora são cem o número de indenizações concedidas, além dos 132 casos previstos pela lei 9.140/95.

O resultado desagradou ao general Oswaldo Pereira Gomes, representante das Forças Armadas na comissão: "Uma provocação desnecessária", disse.

No Planalto, o porta-voz da Presidência, Sérgio Amaral, disse que a decisão foi técnica e que "houve falha" na custódia do Estado. "Na

democracia não existe alternativa para o respeito à lei." Ele afirmou que, para o presidente Fernando Henrique Cardoso, Lamarca continua sendo um desertor.

Às 13h, logo após o fim da reunião —que durou uma hora e meia—, o general Gomes ameaçou renunciar (veja texto abaixo).

Os argumentos favoráveis às indenizações são que os três foram mortos em cercos em que o Estado tinha o controle da situação e, portanto, poderiam ter sido presos.

Para indenizar a família de Lamarca, a comissão entendeu que ele estava sem condições de reagir à patrulha que o cercou e o matou aos 33 anos no interior da Bahia.

O guerrilheiro Carlos Marighella morreu aos 57 anos, em 69, com um tiro à queima-roupa. Para a comissão, o cerco feito na rua, em São Paulo, poderia tê-lo rendido.

"Não se julgou Lamarca nem Marighella. Não se estabeleceu se eram heróis ou traidores. Os fatos por eles praticados e as posições de

liderança que ocupavam foram absolutamente indiferentes para a comissão", afirmou Reale Jr..

Os dois votos contrários usaram argumentos distintos. O procurador Paulo Gonet Branco considerou que os casos não se adequavam à lei porque eles foram mortos em local aberto e não dentro de dependências policiais.

O general Gomes afirmou que a guerrilha incitava um "estado de guerra" e que, nessas condições, "a ordem é destruir, matar", pois os militares "são profissionais da violência legal".

A decisão de indenizar Lamarca, Marighella e Zequinha abre caminho a uma série de indenizações. Pelo menos outros três pedidos relacionados ao caso devem ser aprovados, por analogia. Os pareceres sobre a morte de Otoniel Barreto (irmão de Zequinha) e Luiz Santa Bárbara estão prontos. Os corpos estão desaparecidos.

Colaborou da Sucursal de Brasília

## Para militar, decisão é um sapo histórico

RUI NOGUEIRA  
Secretário de Redação  
da Sucursal de Brasília

A decisão da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos foi classificada pelos ministros militares, em conversas reservadas, como um "sapo histórico" —uma decisão que eles não aceitam, mas

Marcada para as 16h30, a entrevista foi cancelada a mando do Planalto, que convocou Gomes e o ministro-chefe da Casa Militar, general Alberto Cardoso, para uma reunião no Palácio da Alvorada.

Cardoso foi um dos que mais se empenharam, nos últimos 15 dias, na tarefa de convencer os chefes militares a aceitar a decisão.

## Recursos saem até fim do mês

da Sucursal de Brasília

As primeiras 157 indenizações a familiares de mortos e desaparecidos políticos devem começar a ser pagas até o final deste mês, afirmou ontem o presidente da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, Miguel Reale Jr.

"As indenizações estavam bloqueadas por causa do contingenciamento de verbas. Mas, até o final do mês, o pagamento será reiniciado", disse Reale Jr.

Desde a sanção da lei, em dezembro do ano passado, apenas uma indenização foi paga. No dia 13 de maio, numa cerimônia no Palácio do Planalto, FHC entregou um cheque de R\$ 100 mil a Ermelinda Mazaferro Bronca.



A companheira de Marighella

### Trechos dos vo

Miguel Reale  
Júnior

(presidente da  
comissão):

"A execução de Lamarca foi julgamento sumário motivado. Pode-se entender o conjunto de sentimentos que levou as forças do Estado

a favor